



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

1 CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (CEDIM/SC), no dia 03 de
2 julho de 2018, na Sala de Reuniões da Secretaria de Estado da Assistência Social,
3 Trabalho e Habitação (SST), localizada na Avenida Mauro Ramos, 722. Centro.
4 Florianópolis/Santa Catarina foi realizada a 6ª Reunião Plenária Ordinária do
5 CEDIM/SC, do referido ano, sob a coordenação da Conselheira e Presidenta do
6 CEDIM/SC, Sheila Sabag, representante da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos
7 Sexuais e Direitos Reprodutivos. A 6ª Reunião Plenária Ordinária contou com a
8 presença das Conselheiras Titulares e Suplentes, representantes das Organizações
9 Governamentais: Conselheira Titular Maria Simone Pan, representante da Secretaria de
10 Estado da Saúde (SES); Conselheira Titular Patrícia Maria Zimmermann D'Ávila,
11 representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP); Conselheira Titular
12 Francieli Magri, representante da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca (SAR);
13 e Coordenadora Estadual da Mulher, Suelen Dadam. Participou também, as
14 Conselheiras Titulares e Suplentes representantes das Organizações Não
15 Governamentais: Conselheira Titular Eva Santos da Rosa, representante da Associação
16 Brasileira de Portadores de Câncer (AMUCC); Conselheira Titular Carmem V. G.
17 Ramos e Conselheira Suplente, Morgani Guzzo, ambas representantes do Instituto de
18 Estudos de Gênero (IEG); Conselheira Suplente Neusa Freire Dias, representante da
19 Casa da Mulher Catarina; Conselheira Suplente Daniele Soares Almeida, representante
20 da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina
21 (FETAESC); Conselheira Titular Raquel Felau Guisoni, representante da União
22 Brasileira de Mulheres (UBM); e Conselheira Suplente Angélica Luersen, representante
23 da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Participaram ainda
24 da 6ª Reunião Plenária Ordinária, Fabiana de Souza, Secretária Executiva do
25 CEDIM/SC; Jurema Ramos Santos, representando a Associação de Mulheres de
26 Negócios e Profissionais da Grande Florianópolis (BPW Florianópolis); Davi Novelo,
27 Gerente de Estatística e Análise Criminal da SSP; Janyne Satller, representante do IEG
28 e 8M; Roberta Conrad, secretária executiva do Conselho Municipal dos Direitos da
29 Mulher de Palhoça (COMDIM Palhoça); Adriane Canan, representante da Bancada
30 Feminina da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc); Ivanilda Maria X. da



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

31 Silva, conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de São José
32 (COMDIM de São José); Cleci Livinalli, Schirlei A. A. Ribeiro e Juci Mara J. Tomais
33 representantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas (MMTU); Cirene
34 Cândido, representante do Gabinete da Deputada Estadual Ana Paula Lima e Jusmari
35 Zanetti, sem representação identificada. Justificou ausência, a Conselheira Titular Flávia
36 de Mattos Motta e Conselheira Suplente Gláucia de Oliveira Assis, ambas
37 representantes da Universidade do Estado de Santa Catarina – Laboratório de Relações
38 de Gênero e Família (LABGEF-UDESC); e Conselheira Titular Juliana Terezinha
39 Martins, representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e
40 Habitação (SST). A 6ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC do ano de 2018 teve a
41 seguinte pauta: 1. Levantamento do Quorum; 2. Aprovação da Ata da 5ª Reunião
42 Plenária Ordinária – Ano 2018, realizada em 05 de junho; 3. Orientação sobre os dados
43 estatísticos referentes à violência contra as mulheres em Santa Catarina, registrados no
44 site da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) e Secretaria de Estado da Saúde
45 (SES); 4. Projeto “Campanha Permanente Unidades Móveis: Mulheres e Cidadania”; 5.
46 Mudança da Sede da SST e Conselhos Estaduais; 6. Relatório das Atividades do
47 CEDIM/SC - junho de 2018; 7. Convites: deliberação para participação em atividades
48 externas representando o CEDIM/SC; 8. Denúncias recebidas: deliberações; 9. Informes
49 Gerais; 10. Encerramento. A 6ª Reunião Plenária Ordinária do ano de 2018 teve início
50 às 14h. Sheila desejou boas-vindas a todas as participantes e ao participante e verificou
51 que havia quórum para as possíveis deliberações. Foi então colocada em a aprovação da
52 Ata da 5ª Reunião Plenária Ordinária – Ano 2018, realizada em 05 de junho. Sheila
53 perguntou se todas as conselheiras haviam recebido e realizado a leitura prévia da
54 referida Ata. Todas responderam afirmativamente e a Ata foi aprovada por
55 unanimidade. A Presidenta do CEDIM/SC deu continuidade a pauta, contextualizando
56 que o MMTU solicitou ao Conselho por meio de ofício que buscasse junto a SSP
57 informações sobre os dados estatísticos publicados no site daquela secretaria, visto que
58 apresentaram questionamentos e observações quanto os registros publicados. Sheila
59 falou que tais questionamentos foram levados pelo CEDIM/SC ao conhecimento da SSP
60 por meio de ofício e que também oficializou a resposta e se disponibilizou em fazer uma



61 apresentação para orientação sobre a origem e interpretação dos dados. Foi então, por
62 meio das deliberações em plenárias ordinárias anteriores que culminou a pauta de
63 orientação sobre os dados estatísticos referentes à violência contra as mulheres em Santa
64 Catarina, registrados no site da SSP e SES. Sheila apresentou às participantes, a Simone
65 e Davi que apresentariam as orientações respectivamente sobre os dados
66 disponibilizados no site da SES e SSP. Simone iniciou com um passo a passo:
67 apresentando o sistema de informações para dados de violência na página da SES; a
68 formas de investigação e interpretação dos dados de violência doméstica, sexual e
69 outras violências, entre outras orientações. Foi questionado por algumas participantes o
70 uso da terminologia raça nos dados apresentados e que o uso correto seria etnia. Patrícia
71 pontuou que essa terminologia é usada em legislações pertinentes ao tema e que,
72 portanto são utilizadas também para mensurar e apresentar os dados. Davi
73 complementou que na Lei Estadual nº 16.620/2015 que “Institui a Política Estadual para
74 o Sistema Integrado de Informações de Violência Contra a Mulher no Estado de Santa
75 Catarina, denominado Observatório da Violência Contra a Mulher”, o termo raça é
76 também utilizado, e que embora não concordassem muitas vezes com os termos
77 utilizados haviam exigências que eram estabelecidas pelas legislações. Patrícia sugeriu
78 que os movimentos de mulheres e feministas fizessem uma solicitação de alteração das
79 nomenclaturas. Reiterando as pontuações de Cirene, Patrícia e Davi, Simone pediu
80 desculpas pela utilização da palavra raça e deu continuidade a sua apresentação. Por fim
81 Simone grifou a necessidade prévia do conhecimento da ficha de notificação de
82 violência para que pudessem interpretar os dados disponibilizados no site da SES, visto
83 que seria assim permitido conhecer uma gama de informações. Simone falou que estava
84 a disposição para outras orientações, e informou que a Diretoria de Vigilância
85 Epidemiológica da SES (DIVE/SES) igualmente se disponibilizou em prestar outras
86 informações. Encerrada a apresentação de Simone, teve início a apresentação de Davi,
87 que agradeceu o convite do CEDIM/SC e se disponibilizou em participar de grupos de
88 estudo e demais atividades promovidos pelo Conselho. Semelhante a Simone, Davi
89 também utilizou o *data show* e acessou o site da SSP para exemplificar as formas de
90 manuseio e pesquisa dos dados estatísticos registrados no site. Após as orientações e



91 exemplos apresentados por Davi e Patrícia, Sheila perguntou ao gerente de estatísticas,
92 se haveria outras informações que gostaria de apresentar, pois Schirlei possuía algumas
93 colocações e questionamentos que também seriam apresentados. Utilizando o *data*
94 *show*, Schirlei apresentou as tabelas e os questionamentos anexados junto a denúncia
95 encaminhada anteriormente ao CEDIM/SC. Schirlei falou que era militante do MMTU
96 e assessorava a Bancada Feminina do Partido dos Trabalhadores (PT) na Alesc e que
97 desde 2011 elaborava relatórios com base no banco de dados disponibilizados no site da
98 SSP. A militante reiterou que os dados ali apresentados foram enviados para o
99 CEDIM/SC por meio de denúncia protocolada em novembro de 2017 e também à
100 Bancada Feminina da Alesc. Schirlei apresentou a Lei Estadual nº 15.806/2012 que
101 “Obriga o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança
102 Pública, a registrar e divulgar os índices de violência contra a mulher, no âmbito do
103 Estado de Santa Catarina, e adota outras providências”. Schirlei questionou as
104 diferenças entre dados sobre a violência contra as mulheres, apresentados pelo Sistema
105 Integrado de Segurança Pública (SISP) e a Gerência de Estatística e Análise Criminal da
106 SSP. Davi respondeu que a Lei referendada por Schirlei era cumprida por Santa
107 Catarina e que a publicação de dados no site da SSP ocorreu em atendimento àquela
108 legislação. Davi falou que a SSP recebia os auditores do Fórum Brasileiro de Segurança
109 Pública que faziam o acompanhamento e a leitura dos registros no SISP e que tais
110 auditorias ratificavam que Santa Catarina era um dos melhores estado em divulgação de
111 dados estatísticos do Brasil. Davi e Schirlei divergiram quanto à publicação dos dados,
112 se eram contabilizados por vítimas ou por registros. Davi falou que no Anuário
113 Brasileiro de Segurança Pública os dados eram publicados por vítimas e que as maiores
114 publicações nacionais eram também contabilizadas por vítimas. Schirlei deu
115 continuidade a sua apresentação e questionou sobre a alteração dos dados apresentados
116 pelo SISP/SSP no que se referia aos estupros, e apresentou como exemplo, um
117 comparativo dos dados grifando que a cada atualização havia variações dos registros
118 entre anos de 2015 e 2016. Davi falou que a SSP não trabalhava com dados
119 consolidados, pois os dados eram dinâmicos e exemplificou que se uma vítima fosse
120 baleada em dezembro de 2017, mas que falecesse em fevereiro de 2018, a ocorrência



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

121 seria contabilizado somente em dezembro de 2017, porque segundo Davi, o Código
122 Penal referendava que a data do fato seria a data de ação ou omissão e a ação nesse
123 exemplo havia acontecido em dezembro de 2017. Davi falou que os dados eram
124 extraídos do SISP e que não havia intervenção humana sobre os dados, e que esses eram
125 atualizados sistematicamente uma vez por mês. Carmem manifestou preocupação
126 quanto às pesquisas acadêmicas e dos artigos publicados em revistas de elevada
127 conceituação. Francieli perguntou sobre o que justificaria essa diferenciação de registros
128 num período de 05 meses dos dados de ameaça compreendidos entre os anos de 2015 e
129 2016. Davi respondeu que por determinação do Ministério Público a SSP estava
130 atualizando mês a mês os dados de 2017 e que os anos de 2014, 2015 e 2016 os dados
131 não haviam sido atualizados. Adriane falou que os questionamentos se faziam
132 especialmente voltada às alterações dos dados uma vez que eram desconhecidos os
133 métodos utilizados. O Gerente sugeriu que fosse realizado um grupo de estudos para
134 trabalhar a metodologia de publicação e também das notificações de registros. Sheila
135 falou que o CEDIM/SC possuía comissões temáticas, entre elas a Comissão de
136 Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e que seria viável a criação de um grupo
137 de estudos nessa Comissão, estando aberto também para a participação das mulheres
138 integrantes dos movimentos de mulheres e feministas. Sheila agradeceu a participação
139 de Schirlei, Patrícia e Davi e reiterou que seria de conhecimento da próxima gestão do
140 CEDIM/SC a proposição de um grupo de estudos, pois era de extrema relevância a
141 compreensão e a transparência dos dados publicados. Foi iniciada a explanação de
142 Suelen sobre o Projeto “Campanha Permanente Unidades Móveis: Mulheres e
143 Cidadania”. A Coordenadora se apresentou e informou que naquela semana uma das
144 unidades móveis estava percorrendo os municípios da Agência de Desenvolvimento
145 Regional (ADR) de São Miguel do Oeste: Dionísio Cerqueira, Anchieta e Palma Sola e
146 que a outra unidade móvel havia se deslocado da ADR de Joaçaba para a ADR de
147 Curitiba para que na semana de 09 a 13 de julho de 2018 fossem realizadas as
148 atividades nos municípios de Curitiba e São Cristovão do Sul. Suelen informou que
149 havia iniciado a solicitação junto às secretarias municipais de assistência social dos
150 relatórios de atividades e que tais secretarias estavam apresentando os relatórios. Suelen



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

151 falou também que no dia 07 de junho de 2018 foi realizada uma reunião com um grupo
152 de trabalho do Fórum de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, das
153 Florestas, das Águas e Quilombolas para adequação da minuta de decreto que instituía o
154 referido Fórum e que a minuta havia sido encaminhada a Consultoria Jurídica da SST.
155 Quanto à reunião agendada para o dia 22 de junho de 2018 que teria como pauta a
156 elaboração de um instrumental de avaliação, a Coordenadora falou que precisou ser
157 adiada, pois não poderia estar presente. Suelen falou ainda que na semana anterior
158 esteve em Mato Grosso do Sul junto a Patrícia representando Santa Catarina na Reunião
159 do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL) onde apresentou o
160 diagnóstico para a implantação de políticas públicas voltadas as mulheres fronteiriças,
161 denominada SC Fronteiras. Sheila agradeceu a participação de Suelen e propôs que a
162 pauta referente ao Relatório de Atividades do CEDIM/SC fosse apresentada no mês de
163 julho de 2018, visto que às 17h, o CEDIM/SC junto a Coordenadora da Bancada
164 Feminina da Alesc, Deputada Estadual Luciane Carminatti, teriam um reunião com a
165 Secretária da SST, Romanna Remor. A Plenária acatou a sugestão e Sheila pediu a
166 Carmem que explanasse sobre o item de pauta referente Mudança da Sede da SST e
167 Conselhos Estaduais. Carmem falou que havia participado de uma Reunião junto ao
168 Gabinete da SST e demais conselhos estaduais no dia 12 de junho de 2018 onde foi
169 discutida a mudança da Sede da SST e dos conselhos estaduais para o prédio que era
170 ocupado pela Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB) sendo
171 também apresentada a possibilidade de os Conselhos serem alocados na parte superior
172 do Terminal Rodoviário Rita Maria. Carmem complementou que tais discussões e
173 tratativas ocorreram visto que o atual prédio da SST era da União e que se encontrava
174 com risco de colapso, conforme apontamento de laudos realizados por técnicos da SST.
175 Carmem falou que ainda no mês de junho de 2018, representantes dos conselhos
176 estaduais e do gabinete visitaram ambos os espaços para possível alocação. Todavia, a
177 conselheira pontuou que o CEDIM/SC deve permanecer alocado junto a SST, pois
178 haveria dificuldades na tramitação de documentos, despachos e demais ações logísticas
179 caso a alocação conjunta não fosse efetivada. Neusa falou que acompanhou a mudança
180 dos conselhos estaduais para o atual prédio da SST e que havia anteriormente, melhor



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

181 estrutura física para os conselhos. Carmem falou que no findar de junho de 2018
182 ocorreu uma reunião com todos as/os presidentas (es) e representantes dos conselhos
183 estaduais para que tivessem um único posicionamento tanto sobre as questões
184 pertinentes a desocupação do atual prédio da sede da SST, quanto das demandas e
185 necessidades dos conselhos e que identificou como positiva tal articulação, verificando
186 pautas comuns entre os conselhos, como a importância de garantia de recursos para
187 pagamento de diárias e compra de passagens, recursos humanos e estrutura física. Em
188 continuidade a pauta, Sheila solicitou a Fabiana que apresentasse os convites para
189 participação das conselheiras em atividades externas representando o CEDIM/SC.
190 Fabiana falou que o CEDIM/SC recebeu da Coordenação da Bancada Feminina da
191 Alesc, o convite para participar no dia 04 de julho de 2018, às 14h, da entrevista
192 coletiva à imprensa sobre as ações desenvolvidas de março de 2017 a junho de 2018 e
193 também onde seria repassada a Coordenação da Bancada Feminina à Deputada Estadual
194 Dirce Heiderschedt. Outro convite recebido pelo CEDIM/SC foi encaminhado pela
195 Comissão de Seguridade Social e Família da Alesc e pela AMUCC para que o
196 CEDIM/SC participasse no dia 05 de julho de 2018 do Debate sobre o Sistema Único de
197 Saúde (SUS), implementação da Lei 12.732/2012 chamada “Lei dos 60 Dias”, acesso e
198 tempo de espera, registro compulsório de agravos e eventos em saúde relacionados às
199 neoplasias. O evento seria realizado na Alesc e teria início às 13h30. Como Informes
200 Gerais, Sheila informou que conforme o Edital de Convocação 01/2018 para seleção de
201 12 entidades da sociedade civil para compor o CEDIM/SC na gestão 2018-2020, a
202 Comissão Eleitoral analisou a documentação enviada por 15 entidades das quais 13
203 entidades foram habilitadas, sendo elas: 01. Associação Brasileira de Portadores de
204 Câncer (AMUCC); 02. Associação Casa da Mulher Catarina; 03. Associação de
205 Mulheres de Negócios e Profissionais da Grande Florianópolis (BPW Florianópolis);
206 04. Central Única dos Trabalhadores de Santa Catarina (CUT-SC); 05. Conselho
207 Regional de 12ª Região (CRP-12); 06. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do
208 Estado de Santa Catarina (FETAESC); 07. Federação dos Trabalhadores e
209 Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Santa Catarina (FETRAF-SC); 08. Instituto
210 de Estudos de Gênero (IEG UFSC); 09. Movimento Jovem de Araquari; 10. Ordem dos



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

211 Advogados do Brasil (OAB); 11. Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e
212 Direitos Reprodutivos; 12. União Brasileira De Mulheres (UBM); 13. Universidade
213 Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). A presidenta complementou
214 que no dia 17 de julho de 2018, às 14h, no auditório da SST seria realizado o Fórum
215 Eletivo pra eleição então de 12 entidades. Sheila agradeceu a presença da Secretária
216 Executiva do COMDIM de Palhoça, Roberta e da Conselheira do COMDIM de São
217 José, Ivone. Em continuidade a Pauta, foi discutida as denúncias recebidas pelo
218 Conselho e as deliberações. Sheila passou a palavra a Ivone que havia solicitado um
219 momento na Plenária para relatar dificuldades no desenvolvimento das ações do
220 COMDIM de São José. Ivone falou que o COMDIM de São José encontrava-se em
221 período de eleição da mesa diretora, entretanto sua preocupação se fazia pela proposta
222 de alteração da legislação daquele conselho pelas representações governamentais, mas
223 que tal alteração de lei não havia sido apresentada oficialmente ao conselho. Ivone
224 pediu a Sheila que participasse no dia 24 e julho de 2018, às 08h, na Casa dos
225 Conselhos de São José, da Plenária do COMDIM daquele município, visto que naquela
226 data seria também discutida a proposta de alteração de lei. Ivone solicitou a Fabiana que
227 fizesse uma cópia da legislação do COMDIM para entregar ao Conselho. Sheila falou
228 que no final do ano de 2017, o CEDIM/SC recebeu do COMDIM de São José uma
229 solicitação de parecer sobre o Projeto de Lei Substitutivo Global da Lei Ordinária 5.392,
230 de 28 de maio de 2014 em, que “Institui o COMDIM/SJ e estabelece outras
231 providências” e que o parecer foi contrário a proposta do Projeto. Sheila complementou
232 que o documento foi encaminhado a Prefeita Municipal de São José Adeliana Dal Pont,
233 Secretária Municipal de Assistência Social de São José Rosemeri Bartucheski e a
234 Presidenta do COMDIM de São José, Rosemere Clarete da Luz. E que o parecer do
235 CEDIM/SC seria reiterado. Sheila agradeceu a participação de todas e deu por
236 encerrada a 6ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC- Ano 2018. Eu, Fabiana de
237 Souza, Secretária Executiva do CEDIM/SC, lavrei e Sheila, Presidenta do CEDIM/SC
238 assinamos a presente Ata.